

2016/11/20

Trump na Casa Branca e o relacionamento transatlântico¹

Alexandre Reis Rodrigues

É possível que o Presidente Trump não seja igual ao candidato Trump. Pelo menos é o que dizem os otimistas aos que estão alarmados com o próximo "inquilino" da Casa Branca. Não é provável, no entanto, que isso acalme minimamente a faixa de opinião pública cuja reação à sua vitória sobre Hillary Clinton oscila entre o inconformismo e a perplexidade, com uma dose grande de paixão pelo meio.

Recomendaria alguma frieza - se possível - porque ninguém sabe ao certo como será. Pode-se sempre especular, que é o que a maioria dos comentadores e analistas tem feito, mas

teremos que esperar para perceber por inteiro o que vem aí. Não existe forma de antever que tipo de estilo pretende adotar e como irá conciliar os dois grandes objetivos políticos do seu mandato. Por um lado, corresponder às expectativas dos que o elegeram. Por outro lado, cumprir o declarado compromisso de ser um presidente de todos os americanos, um desafio habitual mas mais difícil neste caso pelas expectativas criadas de mudanças radicais e cortes abruptos com o passado.

Também não se conhece até que ponto está disponível para ajustar o seu temperamento de empresário autoritário - habituado a ser obedecido sem reticências e a não hesitar a usar a arma do despedimento - à postura de um líder da maior potência mundial que tem a mais estrita obrigação de ouvir todo o tipo de conselhos, mesmo os que não gosta, para então decidir. Terá a humildade necessária para reconhecer que não tem qualquer experiência política e que precisa do apoio do seu Partido sem exceções, mesmo daqueles que se uniram à volta da divisa "Never Trump" mas que se mostram agora prontos para a substituir por "Maybe Trump"? A bem da estabilidade social na potência de que depende muito do que se passa no mundo, vamos esperar que a maturidade democrática dos EUA funcione pelo menos nas elites de quem depende a governação do país e dê o exemplo aos extratos da população que luta contra os resultados eleitorais, exigindo uma reforma do sistema porque não gosta do desfecho que conduziu.

Os que preveem mudanças radicais em todos os campos poderão ficar desapontados (ou satisfeitos, se as não desejam). Quando a poeira levantada pela campanha começar a assentar, verão, provavelmente, que pelo menos parte do ruído que Trump gerou com as medidas que anunciou resulta mais da forma que usou para as



¹ Para a União Europeia, Trump na Casa Branca pode ser um revés ou uma oportunidade de afirmação como ator global, um objetivo anunciado mas do qual não se tem aproximado. É a segunda vez que num curto espaço de tempo os europeus se confrontam com esta questão. Quem teve a honra da primeira vez, no passado recente, foi o Brexit. Ver artigo de 1 de julho de 2016 sob o título "O Brexit. Revés ou oportunidade para a PCSD europeia" em www.jornaldefesa.pt

anunciar do que da sua verdadeira substância. Mesmo assim, não faltarão temas que poderão ser objeto de alterações drásticas de estratégia, que estão a criar incómodo geral.

Se o novo Presidente as vai ou não implementar é um assunto em aberto, talvez a começar para o próprio que terá que ouvir o seu Partido e os seus conselheiros próximos. O que é conhecido das nomeações que já anunciou permite deduzir que irá confrontar-se com pontos de vista contrários e personalidades fortes. O desfecho, segundo alguns observadores, poderá passar por uma presidência mais intervencionista do que isolacionista, o contrário do que a sua campanha fazia prever. De algum modo, foi o que se verificou com Bush que se viu obrigado a mudar muito em função de uma agenda internacional que ninguém controla. O facto de ser um Presidente inexperiente leva a antever que será mais maleável do que um político bem preparado que sabe perfeitamente onde quer chegar mas tendo sido toda a vida um empresário há que contar que está habituado a conseguir o que quer.

Não obstante os excessos verbais que cometeu e os efeitos da campanha mediática adversa que os seus opositores lhe moveram tenham passado uma imagem singular, Trump, em vários campos, não será muito diferente dos seus antecessores, republicanos ou democratas. Por exemplo, nem na questão do famoso muro, ao longo da fronteira com o México, nem na expulsão de imigrantes ilegais. Quanto ao muro, há que lembrar que, em janeiro de 2009, já existiam 930 quilómetros de muro.² O que poderá fazer Trump é continuá-lo ou elevá-lo. A expulsão de imigrantes ilegais não é qualquer novidade. Obama expulsou entre dois e dois e meio milhões durante os seus dois mandatos.³ Trump fala em mais dois ou três milhões, sem estabelecer qualquer prazo. Espera-se que parte das posições assumidas durante a campanha venha a ser suavizada, por exemplo, no campo do Obamacare, conforme anúncio de que alguns aspetos não serão mexidos.

Malgrado a incerteza geral, no campo interno estão disponíveis várias indicações sobre o que o Presidente eleito pretende fazer. Estão no documento que designou por “contrato com os eleitores americanos” que cobre um total de 18 medidas para pôr em execução nos primeiros 100 dias de mandato (ver Anexo). Inclui seis iniciativas sobre o combate à corrupção em Washington, sete sobre como proteger os trabalhadores americanos e cinco para restaurar a segurança nacional e o cumprimento da ordem constitucional⁴.

Ao contrário do campo interno, no externo, sabe-se muito pouco sobre os caminhos que quer seguir. Na verdade, pouco mais do que ideias gerais. Era de esperar dada a sua óbvia impreparação em política externa. Que conheça, não existe nenhum documento a explicitar as suas opções estratégicas. Em qualquer caso, tendo em atenção o que foi dizendo durante a campanha - embora pouco esclarecedora e com contradições pelo meio - é possível identificar algumas mudanças que estão a ser preparadas. Representam cortes radicais com o que foi a política externa de Obama,

² Trump limita-se a seguir uma política que o Partido Republicano advoga pelo menos desde 2005 quando Duncan Hunter, então “*chairman*” da *House Armed Services Committee* propôs um plano de construção de uma barreira ao longo de toda a fronteira.

³ O número varia conforme as fontes. São dois milhões para Julie Hirschfeld Davis (artigo no *NY Times* de 13 novembro, “*Donald Trump appears to soften stance on Immigration but not in Abortion*”) ou dois e meio milhões em artigo da Stratfor (“*Latin American Governments brace for U.S. Immigration Policy shift*”). O assunto não preocupa apenas o México. A Guatemala, as Honduras e El Salvador querem coordenar uma resposta conjunta se a retórica de Trump for passada à prática, como anunciada. Cerca de um milhão de naturais das Honduras (oito milhões de população) vivem nos EUA. Da Guatemala são dois milhões numa população de 16 e de El Salvador são seis milhões numa população de 12 milhões. Receia-se um grande impacto económico (remessas de dinheiro) e social (muitos cadastrados).

⁴ As descrições destas medidas podem ser consultadas no Anexo a este artigo que reproduz o “contrato de Trump com os eleitores americanos”.

o que torna este o principal derrotado deste processo. Hillary, com a derrota eleitoral, ficou sob o risco de ver desde já encerrada a sua carreira política. Obama ficou sob o risco de ver revertidas parte das decisões que tomou, algumas das quais esperava que fossem o testemunho da sua liderança.

Por exemplo, no quadro do Acordo de Paris sobre o clima, Trump tentará abandonar o compromisso assumido bem como o previsto contributo de 800 milhões de dólares para ajudar os países menos desenvolvidos a cumprirem as suas obrigações climáticas. Irá também tentar pôr em causa o acordo nuclear com o Irão (*Joint Comprehensive Plan of Action*) que, durante a campanha, umas vezes, prometeu rasgar, outras vezes garantiu querer renegociar para retirar concessões que considera excessivas e para exigir contrapartidas mais rigorosas.⁵ Tem sido referido que irá rever os termos em que tem sido conduzido o envolvimento militar na Síria, passando a centrar o esforço única e exclusivamente no combate ao ISIS. Na prática, isso pode ter duas dimensões: por um lado, deixar de apoiar os rebeldes que lutam contra o regime de Assad, ajudando apenas os que combatem o ISIS; por outro lado, passar a coordenar ações com Moscovo e Damasco. Trump mostra ter ideias frontalmente diferentes das dos seus predecessores quanto à proliferação nuclear horizontal. Defendeu, por exemplo, que o Japão e a Coreia do Sul armados com um arsenal nuclear trarão mais estabilidade para a região do que a alternativa de se manterem sob o “guarda-chuva nuclear” dos EUA. O relacionamento com a Turquia pode ser igualmente alvo de mudanças para pôr termo às dificuldades em que tem estado ultimamente. Tem-se falado na possibilidade de a próxima administração responder favoravelmente ao pedido turco para extraditar Fethullah Gulen. Essa possibilidade foi abertamente defendida pelo general Flynn que fez parte da equipa de Trump, como conselheiro militar, e é apontado para o alto cargo de conselheiro de segurança, apesar de as suas ligações anteriores serem com o partido Democrático.

Sabe-se que Trump não acredita em alianças, que tem reservas sobre o processo de globalização e considera que os interesses comerciais dos EUA não têm sido bem defendidos. Ficou claro também que quer ir ao encontro de uma opinião pública que se mostra desgastada com o nível elevado de compromissos militares no exterior e que quer repor um controlo mais rigoroso sobre as fronteiras para pôr fim à imigração ilegal. Subjacente a estas orientações está a ideia de que o esforço que os EUA fazem para tornar o mundo mais democrático e seguro tem que ser reconsiderado à luz da palavra de ordem “*America First*” para dar prioridade aos interesses americanos.

«Trump argues that America’s alliances, trade deals, and attempts to solve the world’s problems have essentially made the United States a chump, draining the country of its blood and treasure. He doesn’t subscribe to the Washington consensus that the longstanding pillars of U.S. foreign policy constitute a win-win for the America and the world» (Uri Fridman in the “Atlantic”, nov 9)

Estas ideias, mesmo sem o respetivo conteúdo minimamente desenvolvido, foram quanto bastou para criar um alarme alargado sobre o risco que passou a pairar sobre a manutenção da atual ordem internacional, cujas fundações foram sendo construídas pelos EUA ao longo de cerca de sete décadas com o apoio do Ocidente. Comentando esta situação, há quem não hesite em dizer que, com Trump, estamos perante o fim do Ocidente, como o temos conhecido até agora.

A Europa, como a região do mundo com mais estreitas relações com os EUA nos mais variados campos e parceiro na construção da atual ordem mundial, será onde mais se sentirá o efeito Trump. O alarme, que é compreensivelmente grande, foi criado

⁵ Neste assunto específico não faltarão apoios. Muitos republicanos consideraram que Obama fez concessões excessivas.

pelas declarações feitas durante a campanha, exigindo um maior esforço militar dos europeus e classificando a NATO como aliança obsoleta. Os seus primeiros atos como Presidente eleito apenas têm reforçado os receios.

Refiro-me, em especial, ao contacto telefónico com Putin – para quem o discurso de classificação da NATO como obsoleta é música celestial - e os convites que dirigiu a Nigel Farage, líder do Partido britânico Ukip e Marine Le Pen⁶, líder da Frente Nacional em França (extrema direita), para encontros nos EUA, tendo já recebido o primeiro. Estes convites aos dois líderes dos partidos europeus que combatem frontalmente a União Europeia, mais as declarações de apoio ao Brexit antes do referendo que o aprovou, deixam claro que Trump se encontra em rota de colisão com o projeto de integração da União Europeia. *“The worst possible signal to Europe”*, segundo Carl Bild.

A esta grave falta de tato e tendência para ser controverso - o que, em diplomacia, é uma mistura explosiva - Bruxelas contrapõe a sua disponibilidade para negociar, dizendo, ao mesmo tempo, que precisa de saber quais os planos de Trump. Em qualquer caso, é um campo em que já se esperavam mudanças, qualquer que fosse o desfecho eleitoral das presidenciais americanas. Por exemplo, o tema da necessidade de os europeus fazerem mais pela sua defesa e segurança, tornando-se menos dependentes dos EUA, começou a esboçar-se na Presidência Bush, e continuou muito ativo com Obama, mas o tom das críticas, regra geral, tem sido diplomático. Só não foi quando Vitoria Nuland, que não tendo reparado que o seu microfone continuava ligado, foi apanhada a dizer *“Fuck the EU”*. Ou quando Obama, em entrevista com Jeffrey Goldberg, concordou que este classificasse a postura dos europeus como *“free riders”*. A única diferença é que Trump nunca hesitou em ser claro, mesmo à custa do politicamente correto, enquanto Clinton preferiu nada especificar.

Os europeus têm razões para estar preocupados com as mudanças à vista:

«Today, the attitude among Europeans still seems to be that the United States will back Europe with political support and military power if the going gets tough – be it with Russia, Iran, or (in future) China. A Clinton Administration would have kept Europe’s leaders in their comfort zone, lulling them to sleep in the mistaken belief that the United States still guards their security and defense. A Trump administration will be a shock and, I think, a most welcome one. Trump has indicated that well-off Europeans have to leave their modern postmodern dreamworld and take responsibility for their borders, their security, and their defense». (Peter van Ham from the Clingendael Institute in the Netherlands).

De facto, a eleição de Trump vem como um novo desafio a tornar mais complexa uma crise para a qual ainda não foi encontrada resposta. Pior, para a qual os europeus se mostram divididos, logo ao nível das elites, sobre se o caminho a seguir passa por mais integração ou por fazer retroceder o processo para dar voz aos descontentes.

Talvez o assunto deva ser visto por áreas separadamente, como aliás foi feito desde sempre. Pode haver áreas em que se avançou demasiado depressa enquanto noutras pouco se progrediu. A solução para o futuro pode muito bem ter que passar por uma combinação das duas vias: menos integração onde existem resistências que devem ser atendidas, mais integração onde se revelar indispensável para a proteção de interesses vitais.

Pronunciando-me apenas sobre o setor da segurança e defesa – que é o que conheço bem - colocá-lo-ia no campo onde é preciso haver mais integração. O que assim o

⁶ Marine Le Pen, referindo-se às próximas eleições presidenciais em França, considera que as suas possibilidades de sucesso passaram a ser maiores.

exige é, por um lado, a evolução do contexto de segurança mundial e do tipo de ameaças com que a Europa se defronta e, por outro lado, o distanciamento americano em relação à Europa. Como é sabido por todos, a garantia de segurança só terá possibilidade de ter sucesso se assumida por todos.

A Europa não conseguirá demonstrar à nova administração americana que a NATO serve também os interesses dos EUA e que o isolacionismo ou a continuação da retração será um desastre para todo o mundo, incluindo os EUA, se não se mostrar ativamente empenhada em contribuir para a manutenção da atual ordem internacional, pelo menos na sua área próxima.

Não se trata, obviamente, de dar à União Europeia a dimensão de uma aliança militar que a prazo substituiria a NATO.⁷ Trata-se apenas de organizar os recursos – os que existem e os que ainda faltam – para que os europeus assumam a responsabilidade primária pela sua própria segurança e defesa, sem qualquer prejuízo do papel que a NATO deve continuar a desempenhar na proteção da integridade territorial europeia contra ameaças militares clássicas.

Este objetivo exige coordenação entre os europeus mas nada mais do que é requerido no âmbito da NATO. Se nunca se viram dificuldades na Aliança, nomeadamente na exigência de submeter os planeamento de defesa ao escrutínio da Aliança, levantá-las na área da União indicia que provavelmente há outras razões não explicitadas para as reservas que têm cerceado o processo europeu. Talvez tenha prevalecido o cuidado extremo em não dar passos que pudessem retirar espaço à NATO e diminuir a sua importância.

Já houve razões para ser dessa forma, por exemplo, durante a administração Clinton que receava esse desfecho. Hoje não há, bem pelo contrário. Obama introduziu o conceito de *“leading from behind”*, esperando que os europeus se colocassem na linha da frente da defesa dos seus interesses de segurança e defesa. Trump tentará transitar do retraimento estratégico que Obama protagonizou para o isolacionismo e sérias reservas sobre as alianças tradicionais.

A Comissão Europeia, pela voz da Alta Representante, parece ciente da necessidade de apressar o desenvolvimento da Política Comum de Segurança e Defesa. As dificuldades são muitas. Bem maiores do que todas as que o processo tem enfrentado até agora. Mas há que o encarar como um elemento indispensável do processo de construção europeu. Se bem conduzido pode ser mesmo o elemento que vai impedir a sua fragmentação. Ao primeiro sinal dado com a elaboração da chamada Estratégia Global apresentada em junho veio, no passado dia 14 deste mês, com a iniciativa de apresentação de um novo documento aprovado por unanimidade: *Implementation Plan on Security and Defense*.

Este novo documento faz parte dum conjunto de iniciativas pensadas para dar continuidade à implementação da Estratégia Global na área da segurança e defesa, e que incluirão, proximamente, o *European Defense Action Plan* e a continuação praticada *EU_NATO Joint Declaration* assinada em Varsóvia, às margens da Cimeira da NATO.

Segundo esclarecimentos pessoais da Alta Representante, as iniciativas em curso não visam a criação de um “exército europeu” nem preveem a criação de um quartel-general da União Europeia, como defendiam alguns Estados membros, liderados pela Alemanha. O objetivo é criar as capacidades, as estruturas (que na minha opinião

⁷ Sobre este mesmo tema sugere-se consultar o seguinte artigo de 25 de junho de 2007: “A defesa coletiva da Europa. Responsabilidade da NATO?” em www.jornaldefesa.pt.

deviam incluir o quartel-general), as ferramentas e os recursos financeiros para alcançar o nível de ambição estabelecido no *Implementation Plan*, ou seja: prontidão para responder a crises e conflitos externos; cooperar com parceiros na construção das suas próprias capacidades de segurança e defesa e, proteger a União e os seus cidadãos.

Todas estas medidas não são uma reação direta à eleição de Trump mas vêm muito a propósito. Fazem todo bom sentido mas continuam dependentes da correspondente atribuição de recursos financeiros, decisão sintomaticamente adiada para nova reunião do Conselho. Talvez agora se tornem inadiáveis face à eleição de Trump, um mal que neste caso acabaria por vir por bem.

Donald Trump's Contract with the American Voter


What follows is my **100-day action plan to Make America Great Again**.
It is a contract between myself and the American voter – and begins with restoring honesty and accountability, and bringing change to Washington.
On the first day of my term of office, my administration will immediately pursue the following:

Six measures to clean up the corruption and special interest collusion in Washington, DC:

- ★ **FIRST**, propose a constitutional amendment to impose term limits on all members of Congress.
- ★ **SECOND**, a hiring freeze on all federal employees to reduce the federal workforce through attrition (exempting military, public safety, and public health).
- ★ **THIRD**, a requirement that for every new federal regulation, two existing regulations must be eliminated.
- ★ **FOURTH**, a five-year ban on White House and Congressional officials becoming lobbyists after they leave government service.
- ★ **FIFTH**, a lifetime ban on White House officials lobbying on behalf of a foreign government.
- ★ **SIXTH**, a complete ban on foreign lobbyists raising money for American elections.

Seven actions to protect American workers:

- ★ **FIRST**, I will announce my intention to renegotiate NAFTA or withdraw from the deal under Article 2205.
- ★ **SECOND**, I will announce our withdrawal from the Trans-Pacific Partnership.
- ★ **THIRD**, I will direct the Secretary of the Treasury to label China a currency manipulator.

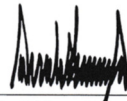


- ★ **FOURTH**, I will direct the Secretary of Commerce and U.S. Trade Representative to identify all foreign trading abuses that unfairly impact American workers and direct them to use every tool under American and international law to end those abuses immediately.
- ★ **FIFTH**, I will lift the restrictions on the production of \$50 trillion dollars' worth of job-producing American energy reserves, including shale, oil, natural gas and clean coal.
- ★ **SIXTH**, lift the Obama-Clinton roadblocks and allow vital energy infrastructure projects, like the Keystone Pipeline, to move forward.
- ★ **SEVENTH**, cancel billions in payments to U.N. climate change programs and use the money to fix America's water and environmental infrastructure.

Five actions to restore security and the constitutional rule of law:

- ★ **FIRST**, cancel every unconstitutional executive action, memorandum and order issued by President Obama.
- ★ **SECOND**, begin the process of selecting a replacement for Justice Scalia from one of the 20 judges on my list, who will uphold and defend the U.S. Constitution.
- ★ **THIRD**, cancel all federal funding to sanctuary cities.
- ★ **FOURTH**, begin removing the more than two million criminal illegal immigrants from the country and cancel visas to foreign countries that won't take them back.
- ★ **FIFTH**, suspend immigration from terror-prone regions where vetting cannot safely occur. All vetting of people coming into our country will be considered "extreme vetting."

continued on the back



Donald J. Trump

Your signature

LEARN MORE AT donaldjtrump.com/contract

continued from the front ★ ★ ★ ★ ★

I will work with Congress to introduce the following broader legislative measures and fight for their passage within the first 100 days of my Administration:

Middle Class Tax Relief and Simplification Act
An economic plan designed to grow the economy 4% per year and create at least 25 million new jobs through massive tax reduction and simplification, in combination with trade reform, regulatory relief and lifting the restrictions on American energy. The largest tax reductions are for the middle class. A middle-class family with two children will get a 35% tax cut. The current number of brackets will be reduced from seven to three, and tax forms will likewise be greatly simplified. The business rate will be lowered from 35% to 15%, and the trillions of dollars of American corporate money overseas can now be brought back at a 10% rate.

Affordable Childcare and Eldercare Act
Allows Americans to deduct childcare and eldercare from their taxes, incentivizes employers to provide on-site childcare services and creates tax-free dependent care savings accounts for both young and elderly dependents, with matching contributions for low-income families.

End the Offshoring Act
Establishes tariffs to discourage companies from laying off their workers in order to relocate in other countries and ship their products back to the U.S. tax-free.

End Illegal Immigration Act
Fully-funds the construction of a wall on our southern border with the full understanding that the country of Mexico will be reimbursing the United States for the full cost of such wall; establishes a two-year mandatory minimum federal prison sentence for illegally re-entering the U.S. after a previous deportation, and a five-year mandatory minimum federal prison sentence for illegally re-entering for those with felony convictions, multiple misdemeanor convictions or two or more prior deportations; also reforms visa rules to enhance penalties for overstaying and to ensure open jobs are offered to American workers first.

American Energy and Infrastructure Act
Leverages public-private partnerships, and private investments through tax incentives, to spur \$1 trillion in infrastructure investment over ten years. It is revenue neutral.

Restoring Community Safety Act
Reduces surging crime, drugs and violence by creating a task force on violent crime and increasing funding for programs that train and assist local police; increases resources for federal law enforcement agencies and federal prosecutors to dismantle criminal gangs and put violent offenders behind bars.

School Choice and Education Opportunity Act
Redirects education dollars to give parents the right to send their kid to the public, private, charter, magnet, religious or home school of their choice. Ends Common Core and brings education supervision to local communities. It expands vocational and technical education, and makes two- and four-year college more affordable.

Restoring National Security Act
Rebuilds our military by eliminating the defense sequester and expanding military investment; provides veterans with the ability to receive public VA treatment or attend the private doctor of their choice; protects our vital infrastructure from cyber-attack; establishes new screening procedures for immigration to ensure those who are admitted to our country support our people and our values.

Repeal and Replace Obamacare Act
Fully repeals Obamacare and replaces it with Health Savings Accounts, the ability to purchase health insurance across state lines and lets states manage Medicaid funds. Reforms will also include cutting the red tape at the FDA; there are over 4,000 drugs awaiting approval, and we especially want to speed the approval of life-saving medications.

Clean Up Corruption in Washington Act
Enacts new ethics reforms to drain the swamp and reduce the corrupting influence of special interests on our politics.

On November 8th, Americans will be voting for this 100-day plan to restore prosperity to our economy, security to our communities and honesty to our government.

This is my pledge to you.

And if we follow these steps, we will once more have a government of, by and for the people.

LEARN MORE AT
donaldjtrump.com/contract